

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha da Manhã*

Class.: 456

Data: 7 de Novembro de 1987

Pg.: _____

Para d. Luciano, atuação do CSN é autoritária

Marcelo Xavier de Mendonça
Sucursal de Brasília

O Conselho de Segurança Nacional (CSN) "exerce atribuições que não lhe são devidas e que pareciam superadas, pois recordam tempos de autoritarismo e arbitrariedade". A afirmação é do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, ao comentar a publicação de reportagens na Folha da Tarde e Folha de S. Paulo sobre doze estudos sigilosos que a Secretaria Geral do CSN poduziu, com ataques à atuação da Igreja Católica no Brasil.

Em entrevista exclusiva, na manhã de quinta-feira, d. Luciano disse não saber "a que atribuir a remessa" dos documentos — cujas cópias foram obtidas com exclusividade pela Folha, que revelou sua existência no último sábado — à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) numa suposta conspiração internacional destinada a limitar a soberania do Estado sobre as áreas indígenas da Amazônia. Na última quarta-feira, acompanhado pelo secretário-geral da CNBB, d. Celso Queiroz, d. Luciano pediu (e teve) uma audiência com o presidente José Sarney para reclamar do envio dos estudos à CPML. "O CSN, pelo visto, endossa esse material, pois o ofereceu sem a devida análise e juízo crítico", disse o bispo, que considera "inadmissível" que o órgão governamental "não tivesse a capacidade de verificar a impropriedade das acusações e a precariedade das análises" que os estudos contém.

A entrevista começou às 8h30, na sede da CNBB em Brasília, e continuou no carro que levou d. Luciano ao aeroporto, onde embarcou às 10h30 com destino a Campo Grande (Mato Grosso do Sul), para uma palestra. Antes, ele ainda falou rapidamente a um grupo de cursilhistas que realizavam um encontro no Centro de Convenções da Capital, e quase perdeu o avião. A seguir, os trechos mais importantes da conversa:

"Em nenhum momento foi aventada a hipótese de seccionar o território nacional. São acusações gratuitas"

Folha — A SG/CSN considera a atuação da Igreja, destacando a CNBB e o Cimi, um possível risco para a soberania brasileira, no trato da questão indígena. Os documentos falam do perigo de "enfascamento do território nacional". Como o sr. reage a essa acusação?

D. Luciano Mendes de Almeida — Essa acusação tem sido repetida, o que nos deixa muito apreensivos quanto à interpretação que vem sendo dada ao trabalho pastoral da Igreja. Devo afirmar com clareza que em nenhum momento a CNBB e o Cimi tiveram dúvida a respeito da soberania nacional. Trata-se apenas de entender, numa dimensão cultural, a conveniência de que as populações indígenas tenham asseguradas as condições de sobrevivência e de identidade da própria cultura, dentro da mesma cidadania nacional. Em nenhum momento foi aventada a hipótese de seccionar o território nacional. São acusações gratuitas, infelizmente repetidas e contrárias à posição explícita da CNBB e do Cimi.

Folha — Os documentos produzidos pela SG/CSN dão muita atenção à atuação de religiosos estrangeiros. Na visão da SG/CSN, as atividades desses religiosos muitas vezes contrariam os "objetivos nacionais". São relacionados, inclusive, 118 religiosos que estariam violando a Lei dos Estrangeiros, recomendando a instauração de inquéritos para uma eventual expulsão do País.

D. Luciano — Em primeiro lugar, todos sabemos que, em todo trabalho de evangelização da Igreja, desde a primeira proclamação do evangelho por Jesus Cristo, sempre se incentivou o trabalho e a ação de verdadeira caridade que se estende a outros povos além daquele a que pertence o missionário. Assim como nós devemos nos interessar pelo bem material de nossos semelhantes, devemos também, sempre, nos devotar a pregar a causa da paz, do amor e do anúncio da vida eterna não só em nossa casa, em nossa Nação, mas também a todos aqueles aos quais a nossa palavra possa beneficiar. Então, para nós cristãos, não há estrangeiros. Há irmãos que se dedicam a outros irmãos, e com sacrifício grande da própria vida. Neste sentido, aqui justamente em nosso País, nós somos testemunhas de quanto devemos aos missionários que, desde o início da nossa história, da nossa Nação, da nossa Pátria, vieram se consagrando à formação do nosso povo, à educação dos primeiros habitantes e, desde então, a todas as formas de serviço pastoral.

Portanto, aproveito a pergunta para desejar que não se utilize essa palavra "estrangeiro" dentro de um contexto de missão religiosa. Em segundo lugar, somos todos testemunhas — e nem seria necessário aqui desenvolver esse argumento — do quanto os missionários, que até hoje se devotam à causa da evangelização, têm se consagrado ao bem do nosso povo. Basta ver que nas regiões mais distantes do nosso País, e naquelas onde o trabalho é mais árduo, na Amazônia e nos lugares de grande

pobreza encontramos aí o devotamento constante dos missionários. Isso acontece sobretudo nas áreas indígenas.

Folha — E quanto à relação dos religiosos que estariam violando a Lei dos Estrangeiros?

D. Luciano — Não posso deixar de estranhar os nomes que vejo aí referidos. Primeiro porque são nomes de pessoas muito conhecidas. Até foi citado o nome do arcebispo de Curitiba, d. Pedro Fedalto, e do bispo d. Pedro Casaldáglia, como se fossem responsáveis pela violação da Lei dos Estrangeiros. Nem falem das acusações gratuitas trazidas contra d. Aldo Mongiano, que é bispo de Boa Vista (Roraima). Essa relação existe, mas não oferece critério de escolha, torna-se até, digamos, não só superficial, porque infundada, mas até mesmo acintosa na sua suposição, porque acusa estes bispos e missionários de uma ação contrária ao Estado. Eu espero que não falem depoimentos da sociedade brasileira, no momento em que venha também a conhecer esta lista, em defesa e abono desses irmãos cuja vida é notoriamente dedicada à causa pública e à evangelização.

Folha — E a respeito de a atuação desses religiosos prejudicar os "objetivos nacionais"?

D. Luciano — Essa referência coloca de modo explícito a questão da Lei de Segurança Nacional, com os conhecidos objetivos nacionais. A pergunta que cabe nesse momento é de saber qual é o tipo de Estado e de regime político no qual nós estamos vivendo. Enquanto até se apregoa que o Brasil tenha ingressado num período de intensa democratização, não vemos como seja possível, dentro dessa perspectiva, defender a figura de um Estado autoritário, que tem tudo em suas mãos e dispõe da vida dos seus cidadãos, sem assegurar a devida liberdade e participação.

O Estado deve ter como objetivo o bem-estar dos seus cidadãos e a defesa dos seus direitos fundamentais, e não colocar em primeiro nível uma concepção em que o Estado supera em prioridade e dignidade o direito da própria pessoa humana. Estamos lembrados do mal que pode acarretar à humanidade um Estado totalitário, no qual o critério da verdade se identifica com a intenção e a concepção daqueles que detêm a sua direção. A nossa resposta nesse caso é: o convite à identificação melhor da feição democrática que deve ser encontrada e promovida em nosso País.

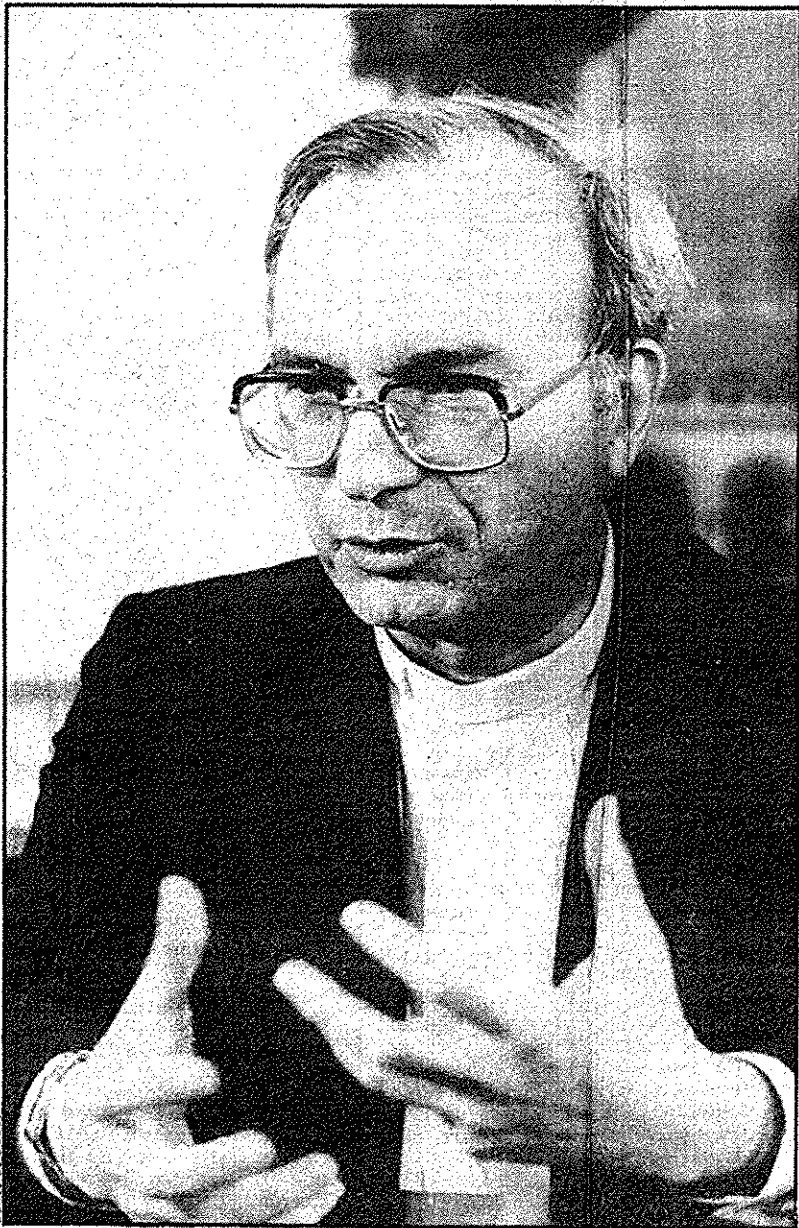
Folha — A que o sr. atribui então que um organismo militar vinculado à Presidência da República produza documentos com esse teor?

D. Luciano — Confesso que eu mesmo gostaria de fazer essa pergunta. Por que, no momento em que todos acompanhamos os trabalhos da Constituinte e esperamos a publicação das garantias e dos privilégios dos cidadãos, justamente nesse contexto que deveria ser de ampla e crescente democracia, possa ser publicado por um jornal de grande divulgação que o CSN exerce atribuições que não lhe são devidas e que pareciam superadas, pois recordam tempos de autoritarismo e arbitrariedade. Não se pode reconhecer ao Estado, numa interpretação democrática, o direito de dispor sobre a vida dos cidadãos, sem dar a eles o direito de resposta e, anteriormente, o direito de conhecer as acusações que lhe são feitas. Esses documentos já existiam, pelas datas das partes já publicadas, mas permanecem sigilosos. E como nós vemos através da análise dos textos, eles têm precariedade de dados, maior ainda precariedade de análise e, por isso mesmo, conclui, de modo infundado, em acusações que espero, o quanto antes, refutadas.

Folha — O sr. foi ontem (4/11) ao Palácio do Planalto reclamar ao presidente Sarney que a SG/CSN tenha produzido esses documentos. O que exatamente o sr. pediu ao Presidente?

D. Luciano — Depois de conhecermos a reportagem publicada pela Folha de S. Paulo, achamos de nosso dever requisitar uma audiência ao presidente da República para apresentarmos o nosso descontentamento pelo fato de que esse conjunto de estudos foi oficialmente encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito que apura os fatos relativos aos documentos publicados pelo "O Estado de S. Paulo", documentos cuja falsidade já tivemos ocasião de nos pronunciar muitas vezes.

Então, enquanto estávamos aguardando os textos da CPI sobre esse tema, fomos surpreendidos por uma matéria muito mais ampla, que é justamente o conjunto desses estudos, divididos em vários temas, entre os quais se inclui não só a atuação da Igreja na causa indígena, mas também toda a sua ação pastoral. Há também nesses estudos acusações pesadas e gratuitas contra bispos como d. Aldo Mongiano, cuja integridade ninguém pode colocar em dúvida e que repetidas vezes vem sendo acusado de modo superficial e infundado. Eu não podia deixar de apresentar ao Presidente o nosso descontentamento diante da matéria — uma vez que ela foi não apenas divulgada pela Folha de S. Paulo, como se esse jornal tivesse tido acesso a arquivos e a documentações menos conhecidas do acervo à disposição da SG/CSN — mas nosso descontentamento com o fato de esse material ter sido encaminhado aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito com o aval atual da SG/CSN. A pergunta é: o que significa a remessa desse material? O CSN, pelo visto, endossa esse material, pois o ofereceu sem a devida análise e juízo crítico. E é isso que nos levou ao presidente da República. Não fomos ao Presidente por causa dos aspectos mais publicitários e que se resolvem em nível dos meios de comunicação social, mas por causa do aval concedido a esse



D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB

conjunto de estudos a partir do CSN. E temos esperança que em breve possa ser explicada a razão desse procedimento, porque nos parece inadmissível que um órgão tão elevado do atual Governo não tivesse a capacidade de verificar a impropriedade das acusações e a precariedade das análises aí referidas.

Folha — O dossiê sobre d. Aldo Mongiano foi feito a partir de um relatório do SNI e inclui depoimentos e acusações de que ele teria se envolvido em tráfico de armas para guerrilheiros durante sua permanência em Moçambique (África). O que o sr. sabe sobre isso?

D. Luciano — Conheço pessoalmente d. Aldo e seu trabalho pastoral. Repetidas vezes ele tem tido ocasião de entrar em contato com os membros do nosso Governo. Recentemente ele teve audiência com os responsáveis pelo CSN, pelo SNI, pelo Ministério do Interior, pela Funai, quando, vindo a Brasília, explicou pessoalmente, acompanhado de membros da CNBB, a impropriedade de todas essas acusações. Aproveitei a oportunidade para renovar todo apoio a d. Aldo e estranhar que semelhantes acusações continuem sendo veiculadas.

Quanto à pergunta concreta, sobre o passado pastoral de d. Aldo Mongiano em Moçambique, nada há de duvidoso a respeito, uma vez que seu trabalho pastoral foi sempre de todos apreciado. Em relação às acusações de tráfico e de benefícios econômicos, não só as repudiamos fortemente, como gostaríamos que não se voltasse a esse tema, por ser não só infundado, como procedente de outros interesses, o que revela a boa atuação de d. Aldo em relação àqueles que hoje, na sua diocese, instabilizam as populações indígenas e pretendem vantagens econômicas resultantes de mineração.

"A pergunta que cabe neste momento é saber qual é o tipo de Estado e regime político no qual estamos vivendo"

Folha — O sr. pode descrever o encontro de d. Aldo com o general Bayma Denys, secretário-geral do CSN? E d. Aldo já tinha conhecimento dessa acusação?

D. Luciano — Essas acusações são frequentes na área de Boa Vista e derivam de toda uma instabilidade de política local, insatisfeita com a atuação definida da Igreja em defesa das populações indígenas e dos direitos das classes desfavorecidas. A dificuldade maior se encontra em termos que essas acusações — já muitas vezes refutadas — possam fazer parte de um estudo encaminhado à CPI pelo SG/CSN. Quanto ao atendimento recebido por d. Aldo em Brasília, devo testemunhar que foi da melhor qualidade, não só cordial, mas feito de muito atenção, o que nos levou a pensar que essas acusações já estariam definitivamente superadas. Por isso mesmo não sabemos a que atribuir a remessa desse material à CPI nesses últimos dias. Por outro lado, alimentamos a esperança de que também possa a CPI, com o exame

dos dados recebidos, oferecer uma resposta completa não só quanto à questão do Cimi em relação ao "O Estado de S. Paulo", mas a todas essas acusações superficiais contra a Igreja. No fundo, o que está em questão é o tipo de atuação pastoral da Igreja, que além da pregação firme do Evangelho, vai também às últimas consequências quanto à dignidade da pessoa humana e aos direitos que daí decorrem, exigindo transformações urgentes e eficazes das causas do empobrecimento constante das populações desfavorecidas.

Folha — Os documentos mostram que existe um incômodo dentro do Governo com relação à atuação da Igreja. Eles falam da "ingerência da Igreja nos negócios do Estado" e propõem a criação de um grupo interministerial, composto pelo SNI, SG/CSN e Itamaraty para controlar as atividades da Igreja e o ingresso de recursos do Exterior para suas atividades.

D. Luciano — Não atribuo essa documentação ao Governo, e sim apenas a pessoas dentro desse Governo que gostaríamos que pudessem se manifestar, para que recebessem de um modo mais atencioso de sua parte e mais completo, respostas às acusações feitas e às dúvidas levantadas. Não penso que possamos generalizar a procedência desta documentação como se ela fosse derivada de uma atuação coesa por parte do Governo. Em segundo lugar, não acredito na criação de uma comissão de acompanhamento das atividades de Igreja, porque ela só poderia nascer de um ato presidencial e muito me admiraria que o presidente da República, que tem tido muitas oportunidades de acompanhar de perto a atuação da Igreja, tomasse essa decisão. Muito embora a documentação, até uma ressalva oficial, proceda de um órgão governamental, eu não creio que ela represente o pensamento oficial do governo Sarney (Mais tarde, ao discursar num encontro de membros de Cursilhos — movimento de leigos dentro da Igreja —, d. Luciano disse que os documentos têm, "teoricamente, o aval do Governo").

Folha — O sr. considera então que a produção desses estudos revela uma divisão dentro do Governo?

D. Luciano — Revela um estágio inicial que reflete, por enquanto, a produção de material por pessoas cuja identidade não foi manifesta, e acho que não são nem do conhecimento da Presidência, pelo que detectamos na audiência ontem realizada, nem chegaram ainda à análise por parte dos órgãos governamentais a quem interessa esse posicionamento.

Folha — O sr. considera então que eles foram produzidos à revelia do Presidente ou seu o seu aval?

D. Luciano — A terminologia que eu uso não é à revelia. Essa produção de documentos pertencente a uma fase inicial em que são apresentadas reflexões de um procurador cujo nome se desconhece e que não chegaram ainda a receber o aval da própria Presidência da República e tenho a certeza de que esse aval nunca haverá. Em relação a d. Aldo Mongiano, gostaria de acenar ao relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, que na pessoa de Cláudio Lemos Fonteles, em data de 3 de agosto deste ano, analisou exaustivamente as acusações lançadas

contra d. Aldo. Nesse relatório, vemos a defesa da posição da Igreja Católica, mostrando que as acusações contra d. Aldo são improcedentes.

Folha — O que o sr. tem a dizer sobre o ataque ao tratamento dado pela Igreja à questão indígena?

D. Luciano — Precisamos nos irmanar numa intenção clara de favorecer a sobrevivência e o desenvolvimento amplo das atuais populações indígenas. É nesse sentido que a ação missionária da Igreja Católica e de tantas outras igrejas evangélicas têm somado os seus esforços. Não podemos aceitar que as terras indígenas sejam abertas sem mais a interesses econômicos que tem por intenção não o bem-estar nacional, mas o favorecimento e a obtenção de lucros para grupos econômicos. Se um dia se tornar indispensável a exploração de algum minério existente apenas em áreas indígenas, é claro que a natureza e a motivação do bem comum justificariam uma atuação nas terras indígenas. Isso porém, só deveria ser feito em benefício do próprio povo, a começar das classes desfavorecidas e, em primeiro lugar, dos próprios índios. Não com intenções meramente de benefícios econômicos para grupos que não têm o hábito de repartir seus lucros. No entanto, essa situação não se constitui, seria de caráter excepcional, porque há muitas outras áreas onde o minério pode ser devidamente explorado, respeitando a existência das populações e da cultura indígena. O que estranhamos que essa discussão tenha sido agora exacerbada, por ocasião da elaboração da nova Constituição. A impressão que temos é de que as acusações feitas contra o Cimi, e agora, de forma mais abrangente, contra a ação da Igreja Católica, tenham, por último fundamento, a falta de visão humanitária de vários grupos empresariais, que colocam a obtenção de benefícios econômicos acima do direito de sobrevivência e desenvolvimento que têm toda a população indígena. É isso que lamentamos, e por isso desejamos somar a nossa voz a de tantos outros em defesa do índio e da verdadeira soberania nacional que deve ter como conteúdo a promoção daqueles para os quais existe a Nação.

"Não se pode reconhecer ao Estado o direito de dispor sobre a vida dos cidadãos, sem dar a eles o direito de resposta"

Folha — O sr. pode ser mais específico quanto aos grupos aos quais se refere?

D. Luciano — Não é minha intenção fazer acusações contra grupos determinados porque está em curso a CPI, que vai individualizando, nós esperamos, a procedência dessas acusações e o envolvimento dessas empresas. Não nos compete e nem nos interessa, diretamente, individualizar esses complexos empresariais. O que importa é que somemos as nossas forças para que a lei do Ppaís seja adequada e justa em defesa e promoção da causa indígena.

Folha — A Igreja mudou sua posição em relação ao Projeto Calha Norte? Quando o projeto foi divulgado sofreu uma oposição muito grande da CNBB.

D. Luciano — A Igreja tem interesse na paz social e na defesa dessa paz através também do estabelecimento de um bom sistema de defesa de fronteiras e de um constante serviço de vigilância, para evitar toda e qualquer injustiça que possa ser cometida, através do comércio de tóxicos ou da entrada ilícita de pessoas no País, ou comércio ilícito. Muito mais, para evitar que grupos armados que por razões várias viessem a atentar contra a paz social. Por isso, tudo aquilo no Calha Norte que signifique isso, e de relacionamento pacífico com nossos vizinhos, deve ser e é promovido pela Igreja. O que desde o início levantou preocupações para a Igreja é, em primeiro lugar, a ingerência que esse tema teve sobre a causa indígena, uma vez que na faixa anunciada de 150 quilômetros para a implantação do projeto vivem mais de oitenta mil dos duzentos mil indígenas brasileiros, muitos ainda em estágio de cultura primitiva. Nas reuniões que foi possível ao Cimi e à CNBB manter com os órgãos governamentais, fizemos presente a vontade de que se estudasse melhor a questão da largura da faixa de fronteira, distinguindo a presença de destacamentos que mantenham a ordem e que podem e devem ser estabelecidos e multiplicados, de uma outra afirmação que era da criação de uma faixa onde os índios não teriam salvaguardados os direitos à sua sobrevivência e desenvolvimento de sua cultura. Acho que essas tratativas foram levadas à frente num clima de diálogo e cremos que um diálogo competente. Acreditamos que os pontos levantados pela CNBB e pelo Cimi estejam sendo estudados pelas instâncias governamentais. É necessário que no julgamento da posição da Igreja sobre o tema se faça a distinção entre o sistema de fronteira e o respeito e promoção das populações indígenas. Tanto mais que há um receio fundado de que o estabelecimento dessa faixa venha a facilitar a introdução de mineradoras e de empresas de desmatamento e de uma ocupação indiscriminada da área, o que iria significar não só um grave incômodo às populações indígenas mas até mesmo a dizimação e a destruição dessas populações.